



EM 14 / 05 / 13

*[Signature]*

# Câmara Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

PROJETO DE LEI Nº 080/2013

Câmara Municipal de Marechal Floriano

Protocolado Sob nº 0016

Em 14 / 05 / 2013

*[Signature]*  
ENCARREGADO

**"DISPÕE SOBRE O LIVRE ACESSO DOS  
VEREADORES AOS ÓRGÃOS E  
REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO  
DE MARECHAL FLORIANO-ES."**

A Câmara Municipal de Marechal Floriano, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições constitucionais faz saber:

## Aprova

**Art. 1º** - No exercício de seu mandato, o Vereador terá livre acesso aos órgãos e repartições públicas municipais, podendo diligenciar pessoalmente junto aos mesmos, devendo obrigatoriamente ser atendido pelos respectivos responsáveis.

**Art. 2º** - O Vereador poderá entrar, livremente, em qualquer dependência do órgão ou repartição pública municipal, e terá acesso imediato a todo e qualquer documento, expediente e arquivo, podendo examinar, vistoriar e copiar no próprio local.

**Art. 3º** - No caso do responsável não estar presente, no momento da diligência, o Vereador deverá ser atendido por quem, respondendo pelo órgão, puder tornar viáveis os objetivos do mesmo.

**Art. 4º** - A diligência pretendida pelo Vereador não poderá ser dificultada ou impedida em nenhuma hipótese, nem mesmo sob a alegação de ausência do responsável ou de outro servidor do órgão ou repartição.

**Parágrafo único:** Fica o vereador, se for impedido no ato da diligência de adentrar a repartição pública, autorizado a registrar boletim de ocorrência, sobre o descumprimento da Lei.

**Art. 5º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de maio de 2013.

*[Signature]*  
Alcino Diniz Neto

Vereador



JUSTIFICATIVA:

*Cidade das Orquídeas*



## *Câmara Municipal de Marechal Floriano*

**Estado do Espírito Santo**

Tendo em vista que a Lei Orgânica Municipal, não prevê a autorização para tal fato, apresento o presente Projeto de Lei buscando assegurar com a maior objetividade possível as prerrogativas do Poder Legislativo. Dá as garantias e os limites necessários para o Vereador diligenciar pessoalmente junto aos órgãos e repartições públicas municipais, no cumprimento de suas atribuições fiscalizadoras.

Assim, procura-se impedir que o direito do Vereador realizar a fiscalização seja DESRESPEITADO E IMPEDIDO, por algum artifício dos que têm algo a esconder.

Pouco adiantaria ao Poder Legislativo a possibilidade de seus membros efetivarem diligências nos órgãos públicos se no seu transcorrer deixasse de valer o princípio da publicidade, da transparência, não possibilitando o acesso dos vereadores aos documentos, arquivos e materiais do local inspecionado.

Por fim, não existindo órgão no plano municipal que desempenhe atividades de caráter sigiloso, este projeto considera desnecessária a normalização das situações que exigiriam sigredo, pois elas simplesmente não existem.

Notório está que o tema em questão é da mais alta relevância.

Pelas razões expostas é que apresentamos a presente proposição, que certamente sensibilizará nossos pares e que por fim resultará aprovada.